

Resumo de notícias econômicas

04 de Agosto de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 146

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 04 DE AGOSTO DE 2021

Pago quando puder' de Guedes amplia temor de investidores

O Estado de S. Paulo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender ontem o pagamento parcelado dos precatórios, valores devidos após sentença definitiva na Justiça. E, para tentar refutar a ideia de calote, ele usou uma expressão popular: “Devo, não nego; pagarei assim que puder”. Guedes defendeu a proposta desenhada pelo governo, de honrar de imediato, em 2022, apenas os precatórios de até R\$ 66 mil. O restante seria parcelado ou utilizado como crédito pelos detentores dos direitos. Para analistas, crescem as evidências de que os gastos do governo vão aumentar à medida que se aproximam as eleições. As discussões sobre precatórios e reajuste do Bolsa Família, com um possível estouro do teto de gastos, pautaram os negócios no mercado de câmbio no pregão de ontem, em mais um dia de muita volatilidade. O dólar fechou o dia cotado a R\$ 5,19, alta de 0,53%.

Para defender o pagamento parcelado e refutar a percepção de calote nos precatórios – valores devidos após sentença definitiva na Justiça –, o ministro da Economia, Paulo Guedes, usou ontem uma expressão popular. “Devo, não nego; pagarei assim que puder”, disse. As palavras, em vez de acalmar investidores, ampliaram os temores, e o dólar subiu 0,53%.

A ideia é criar uma regra transitória até 2029 que vai atrelar o pagamento dessas dívidas. No total, tudo terá de ficar limitado a 2,6% da receita corrente líquida. Sempre que ultrapassar esse percentual, os precatórios até 60 salários mínimos ficarão a salvo de parcelamento (R\$ 66 mil), mas os maiores serão pagos em prestação. Na prática, em 2022 isso atingiria aqueles acima de R\$ 455 mil. Os precatórios superiores a dez salários mínimos (R\$ 66 milhões) entrariam numa regra permanente: nasceriam parcelados em até 10 anos, sendo 15% do total no primeiro ano.

A fala do ministro reavivou os temores de deterioração das contas públicas. Os receios dos investidores são alimentados pelo debate sobre o pagamento de precatórios

e sobre o reajuste do Bolsa Família – sob a perspectiva de o governo rever o teto de gastos, com ambições eleitorais. Ambas as discussões pautaram os negócios no mercado de câmbio no pregão de ontem, em mais um dia de volatilidade. Na maior parte do pregão, a moeda operou acima de R\$ 5,20, chegou a R\$ 5,2746 e fechou o dia a R\$ 5,1927.

“No momento, vivemos ainda auxílio emergencial mais baixo, mas estamos aqui ultimando esforços e estudos no sentido de dar aumento de, no mínimo, 50% para o Bolsa Família, podendo chegar até 100% em média”, prometeu o presidente Bolsonaro. Hoje, o valor médio do Bolsa Família é de R\$ 190.

Em relatório assinado pelos economistas Fabio Ramos e Alexandre de Azara, do UBS BB, a instituição observa que o “debate sobre o Orçamento para 2022 começou no Brasil e, apesar da desaceleração da pandemia e de menos ruído político, a discussão sobre desembolsos em ano eleitoral está ficando mais quente, rapidamente”. O texto chama a atenção para a “surpresa negativa que caiu em nosso colo”, quando Guedes comparou a um “meteoro” a possibilidade de um grande aumento de desembolsos para saldar precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões em 2022, ante projeção de R\$ 45 bilhões se mantido o ritmo de anos anteriores.

Para Alexandre Netto, da Acqua-vero Investimentos, o encaminhamento da questão dos precatórios e o desejo de aumento do Bolsa Família acima do que permite o teto atual passam a sensação de um governo “displicente” com a questão fiscal. E o risco de deterioração das contas públicas deve aumentar cada vez mais, à medida que se aproximam as eleições de 2022.

De acordo com a assessoria do Ministério da Economia, do total de 264.717 precatórios a serem pagos em 2022, 8.818 seriam parcelados (os acima de R\$ 455 mil) caso a proposta com essas regras seja aprovada, o que representa 3% do total. Juntos, representam 63,3% do valor total devido pela União. Para o governo a mudança resultaria em economia de R\$ 41,5 bilhões.

Precatórios: Estados se mobilizam

O Estado de S. Paulo

Estados fazem ofensiva no Congresso para evitar o parcelamento dos precatórios devidos pela União. Pelo Orçamento de 2022, eles têm a receber créditos de, pelo menos, R\$ 16,6 bilhões. A medida defendida pela equipe econômica para garantir a ampliação do programa Bolsa Família no ano que vem. Dos R\$ 89 bilhões em dívidas judiciais previstas no Orçamento de 2022, pelo menos R\$ 16,6 bilhões têm governos estaduais como credores.

Para os Estados, a PEC dos precatórios e o projeto que altera o Imposto de Renda são duas frentes lançadas pelo governo federal que fragilizam as contas dos governos regionais, com perda de arrecadação. Há um cálculo político do governo de não querer encher o caixa de governadores adversários do presidente Bolsonaro em ano de eleição, sobretudo no Nordeste. Integrantes do governo têm lançado a suspeita de que o valor elevado faria parte de uma conspiração política do Judiciário para beneficiar esses opositores do presidente.

Parlamentares que admitem resistência à medida relembram que o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, é defensor do lema “menos Brasília, mais Brasil”. Para esse grupo, barrar o pagamento integral dos precatórios aos Estados vai contra o “pacto federativo” apregoado pelo próprio chefe da equipe econômica.

A maior parte do dinheiro devido aos Estados vem de uma decisão do Supremo Tribunal que condenou a União a ressarcir-los pelo cálculo incorreto do Fundef, fundo para o desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério que vigorou até 2006. Para 2022, foram expedidos precatórios para Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas. Outros Estados têm valores a receber, mas ainda não foram contemplados. Estão na fila Maranhão, pendente de recurso, e Pará, que não obteve a expedição de precatório para 2022.

O secretário da Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, disse que o parcelamento não vai prejudicar só aqueles Estados e municípios que têm a receber precatórios agora, mas todos que estão na fila para receber nos próximos anos ou ganharem sentenças no futuro.

Cinco Perguntas para Silvia Matos, Coordenadora do IBRE/FGV

Broadcast

1. Qual será o papel da economia nas eleições?

A economia é importante para a eleição. Mas o espaço de manobra para aumentar a satisfação das pessoas é pequeno. O governo vai tentar atuar nessa direção, mas a gente sabe que existem muitas restrições para fazer isso. O primeiro aspecto é que uma recuperação econômica mais forte é muito inflacionária. Aí, o tiro sai pela culatra. Se tivesse um espaço para crescer sem acelerar a inflação, seria mais tranquilo para qualquer política.

2. Por que esse espaço é muito pequeno?

À medida que a economia abre depois da pandemia, como temos visto em outros países, há uma volta da inflação de serviços, o que é o natural mesmo. Se fosse só simplesmente uma aceleração de serviços, com acomodação de outros preços, poderíamos de alguma forma conviver com uma inflação um pouco mais alta temporariamente. Mas o problema todo é que, no Brasil, temos visto há algum tempo vários fatores que podem colocar a inflação acima de 7% neste ano. Temos a questão da energia, por exemplo, que pode ser um problema para o ano que vem na eleição.

3. Qual seria o maior risco no caso da energia?

Se não chover realmente no período que deveria chover, no final do ano, o risco de racionamento se intensifica ainda mais. Os reservatórios estão em níveis muito baixos. Colocar tarifa lá em cima não é suficiente. O racionamento talvez não seja um risco neste momento, porque se está aumentando tarifas, mas, à medida que a economia volte, é natural que tenha alguma necessidade de aumento (de consumo). Isso virou um gargalo. Imagina se estivéssemos crescendo 9%, que energia teríamos? É um sinal que a economia tem restrições para uma aceleração muito forte do crescimento.

4. Quais outros fatores que podem complicar o cenário econômico para 2022?

Estamos vendo uma volta da inflação de alimentos. Estávamos colhendo uma desaceleração da inflação de alimentos e a crise hídrica está afetando muito o Centro-sul, que é produtor de alimentos: arroz, feijão, leite... Do ponto de vista da inflação, tem mais pressão por todos os lados, como gás de cozinha, o petróleo continua subindo. É

um momento muito inflacionário, e aquele alívio que esperávamos no segundo semestre não virá.

5 Mas a virada econômica vai ajudar o governo?

. A inflação vai ser um grande gargalo e, se a gente quiser acelerar demais, vai virar mais inflação.

Com baixa competição, juro para consumidor ainda pesa na conta

Broadcast

Além do Open Banking, a possibilidade de expansão do crédito pode ser explicada pela queda da taxa Selic para os menores patamares da história – hoje, em 4,25% ao ano. Apesar disso, com baixa competição, as taxas cobradas do consumidor ainda são uma das maiores do mundo. O que pode mudar a partir de agora.

O economista Carlos Antonio Rocca, coordenador do Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fipe (Cemec-fipe), destaca que uma das medidas com capacidade para elevar o volume de crédito para empresas é a duplicata eletrônica, que praticamente elimina o risco de fraude e dá mais credibilidade ao processo. “Com a duplicata eletrônica, há agentes que vão acompanhar o processo desde a emissão da nota fiscal e da duplicata até o uso do documento como garantia”, diz Rocca. Com a duplicata de papel, a empresa poderia apresentar o mesmo documento em mais de uma instituição, o que aumentava o risco da operação.

A maior transparência do documento digital dará ao recebíveis inúmeras possibilidades de antecipação, como a compra dos papéis por fundos de investimentos e a venda em mercado secundário. Tudo isso resulta em maior oferta de crédito.

O sistema de antecipação de desconto de duplicatas, no entanto, ainda está sendo estruturado. Segundo o diretor executivo de Inovação, Produtos e Serviços Bancários da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Leandro Vilain, neste momento o setor está definindo junto com o Banco Central como será a infraestrutura deste novo modelo, que é bastante complexa. “Digamos que isso tudo ainda está na prancheta. Ainda não começamos a obra e deve demorar cerca de um ano para começar a operação.”

Outro fator que deve aumentar a concorrência, segundo Rocca, é o surgimento de novas fintechs. Segundo dados da plataforma de inovação Distrito, o Brasil tem hoje 1.211 fintechs – 40 a mais do que em dezembro de 2020. Desse total, 174 são fintechs voltadas para o mercado de crédito, que é a segunda categoria com maior número de empresas, atrás apenas do segmento de meios de pagamento (181). A maior parte das fintechs de crédito é, de fato, de oferta de empréstimo. Mas há uma série de empresas de marketplace que reúnem um conjunto de linhas de crédito numa única plataforma.

Na avaliação do diretor financeiro da Associação Brasileira de Fintechs (Abfintechs), Renan Schaefer, o Brasil tem uma grande oportunidade de criar uma grande disrupção no mercado de crédito, com produtos inovadores e maior competição entre as instituições. “O Open Banking, por exemplo trará grandes benefícios para o mercado. A expectativa é que o crédito avance entre 10% e 30% em relação ao volume atual de crédito do País.”

Com as inovações regulatórias, o presidente da Associação Brasileira de Crédito Digital, Rafael Pereira, cofundador da fintech de crédito Open, vê o mesmo potencial de universalização que a privatização trouxe para a telefonia, com a portabilidade. Para ele, o sistema financeiro ficou muito elitista ao longo dos anos e excluiu muita gente por causa das tarifas elevadas.

Gotejamento em lavoura: tecnologias para avançar

Broadcast

A israelense Netafim, que atua em irrigação por gotejamento, projeta ampliar em 35% as vendas no País este ano, acima do crescimento de 30% previsto para o mercado. O avanço em grãos e fibras explica o entusiasmo. A aposta é em projetos nos quais o gotejamento complementar a irrigação por meio de pivôs, para otimizar a cobertura da área. A Netafim fechou parcerias com dez distribuidores de pivôs para atingir o oeste da Bahia, Goiás, noroeste de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. E ampliou em 200% as contratações para suporte agrônomo e de pós-venda desde o fim de 2020. A nova estratégia já rende frutos. A área irrigada com gotejamento em grãos no primeiro semestre é três vezes maior do que a observada em todo o ano passado. Ricardo Almeida, CEO da Netafim Brasil e Mercosul, diz que o segmento de grãos pode ser o mais representativo no faturamento da empresa até

2023. Hoje café, cana-de-açúcar e hortifruticultura lideram. » Mais adiante. A expectativa de maior faturamento no País em 2021 é puxada também pela expansão em cana-de-açúcar no Centro-sul e pelo bom momento do café, diz Almeida. A empresa concluiu no ano passado investimento em máquinas para a fábrica em Ribeirão Preto (SP) e começou 2021 com capacidade produtiva 15% maior.

Com os preços atrativos das commodities e perdas no milho por causa da estiagem, o executivo prevê que o Brasil acrescente mais de 300 mil hectares em área irrigada em 2021. “Se sairmos desses 300 mil hectares adicionais para 500 mil nos próximos anos, a indústria é capaz de atender”, afirma. Quanto ao crédito previsto no Plano Safra a juros controlados, Almeida diz que deve terminar antes de dezembro. “Existe uma oportunidade de a iniciativa privada, fundos de investimento e bancos, financiarem mais, complementando o valor do governo.”

Almeida afasta o risco de a crise hídrica atrapalhar os projetos em andamento. “A irrigação utiliza um percentual muito pequeno da água disponível. Não temos impacto direto agora, porque o planejamento é feito com base em critérios da política nacional de recursos hídricos ajustados a cada microrregião.”

Eletrobras vai investir R\$ 8,3 bi em modernização

O Estado de S. Paulo

O envelhecimento de uma hidrelétrica, com desgaste das turbinas e de equipamentos instalados, afeta diretamente a sua eficiência. Ao longo do tempo, as unidades passam a ficar mais tempo indisponíveis para fazer manutenção por falhas, afetando o volume de geração. Nos últimos anos, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o índice de disponibilidade das hidrelétricas entre 59 MW e 699 MW diminuiu, e um dos motivos pode ser o efeito do tempo nos equipamentos.

Além da repotenciação, que envolve aumento de capacidade instalada, esse problema pode ser resolvido com projetos de modernização que melhoram a operação da usina. “Apesar de não aumentar a potência, a modernização eleva a eficiência e faz a usina gerar mais tempo, o que é bom para o sistema”, diz o presidente da divisão Hydro da GE Renewable Energy da América Latina, Cláudio Trejger. Segundo ele, a tecnologia atual também pode melhorar o desempenho das usinas, com soluções que monitoram e permitem a operação remota.

A Eletrobras, por exemplo, tem um programa de R\$ 8,3 bilhões, entre 2021 e 2025, que inclui a compra de equipamentos mais atuais e a modernização e digitalização das usinas. Os projetos incluem grandes unidades do grupo, como Paulo Afonso IV, Sobradinho, Xingó, Marimbondo, Itumbiara e Tucuruí. Em nota, a estatal afirmou que o objetivo é minimizar os riscos de interrupções na operação das hidrelétricas.

Outra que aposta na modernização é a AES Tietê. Das 9 unidades da empresa, apenas três ainda não concluíram o processo. “Ao longo do tempo, a turbina vai produzindo menos e perdendo eficiência. Com as melhorias, a usina passa a ter menos falhas e acaba gerando mais”, diz o diretor de Operações da AES Brasil, Anderson Oliveira. Segundo ele, as novas tecnologias reduzem custos e aumentam a disponibilidade da usina. “As novas turbinas têm sensores que monitoram vazamentos, vibração e tensão.”

Em nota, o Ministério de Minas e Energia afirma que, de acordo com o Plano Decenal de Energia, a expectativa é que a expansão hidrelétrica alcance 4,3 mil MW até 2030 com a modernização das usinas existentes. “Contudo, para isso ocorrer, é preciso evoluir a atual forma de remuneração de atributos das hidrelétricas, como a capacidade”, diz o ministério, destacando que é preciso aprimoramentos metodológicos e de desenho do mercado de acordo com os trabalhos do Comitê de Implementação da Modernização. “A reavaliação do potencial dessas usinas é uma oportunidade para a indústria de hidreletricidade do País”, diz o ministério.

Para Macaé, o futuro está nas térmicas

Broadcast

Reconhecida como a “capital brasileira do petróleo” até a primeira metade dos anos 2000, a cidade de Macaé, no norte fluminense, perdeu o título e o poder econômico. Nos últimos cinco anos, o dinheiro que era farto passou a migrar para outros municípios mais próximos do pré-sal. Na tentativa de retomar a grandiosidade do passado, Prefeitura e empresários locais fazem, agora, uma nova aposta: construir o maior parque de geração de eletricidade em usinas térmicas do País, utilizando o gás natural extraído do pré-sal.

O plano é instalar 11 usinas, com capacidade total de 14 gigawatt (GW), o equivalente a uma hidrelétrica de Itaipu. É um investimento de cerca de R\$ 20 bilhões,

em até uma década. Essa quantidade de dinheiro seria a mesma reservada por empresas petrolíferas para explorar e produzir petróleo no litoral norte fluminense, no mesmo período, segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Rodrigo Vianna.

Mesmo assim, não deve ser o suficiente para recuperar o brilho do passado. Pelo menos, por enquanto. Isso porque a Petrobras chegou a investir sozinha o que o conjunto de petrolíferas deve investir em uma década. Em 2013, por exemplo, foram US\$ 9 bilhões. Nos próximos cinco anos, o desembolso previsto é de US\$ 2,6 bilhões anuais.

Mas, se os planos da Prefeitura derem certo, a atividade de geração de energia vai ocupar uma parte significativa da indústria do petróleo na economia local. Num primeiro momento, Macaé dependia quase exclusivamente de royalties e movimentações econômicas atreladas à operação da Petrobras. Com o deslocamento da estatal para a Bacia de Santos, nas regiões metropolitanas dos Estados do Rio e de São Paulo, petrolíferas de menor porte assumiram parte dos investimentos da estatal. Além disso, a queda abrupta da cotação de petróleo contribuiu para que a arrecadação do município despencasse.

A decadência trouxe a lição de que é preciso diversificar as fontes de geração de emprego e renda. “Entendemos esses projetos de geração térmica como uma redenção para uma cidade que sempre se doou à indústria de petróleo”, afirmou Vianna. Ainda não há previsão, no entanto, de quando serão repostos os mais de 60 mil empregos perdidos na crise. A expectativa da Prefeitura é de que, com os novos investimentos, isso aconteça em menos de dez anos. Para o professor do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) Nivalde de Castro, o projeto de Macaé é ambicioso. “Temos de lembrar que, na privatização da Eletrobras, foi aprovada a construção de 8 GW de usinas termelétricas espalhadas por várias regiões. Mas a decisão vem do governo e vai depender do crescimento da economia”, afirmou.

A primeira térmica a sair do papel, em janeiro de 2023, será a Marlim Azul, projeto de R\$ 2,5 bilhões operado pelo fundo Pátria Investimentos, em sociedade com a Shell e a Mitsubishi Hitachi Power Systems Americas (MHPS). Outras nove foram licenciadas, mas ainda não tiveram a energia contratada em leilão. Por isso, há grande

expectativa em relação aos leilões de energia programados pelo governo federal para este e o próximo ano.

Realizado em junho, o último leilão frustrou o mercado. Somente a Petrobras saiu vitoriosa e, mesmo assim, com a venda de um pequeno volume de energia. Com o consumo em queda, devido à pandemia, as distribuidoras estão com mais eletricidade contratada do que precisariam e não devem voltar a comprar tão cedo. A crise hídrica, no entanto, pode ajudar a viabilizar o investimento em usinas térmicas.

Gás natural atrai interesse de gigantes

Broadcast

Três investidores apostam no gás natural do pré-sal para gerar energia elétrica térmica a preço compatível com o das hidrelétricas. E são dos grandes: a empresa petrolífera Shell, a fabricante de equipamentos Mitsubishi Hitachi Power Systems Americas (MHPS) e o Pátria Investimentos, operador da usina térmica Marlim Azul. Nesse projeto de R\$ 2,5 bilhões, em construção no município de Macaé, no norte fluminense, o “pulo do gato” está no preço do gás, utilizado como insumo, disseram os investidores.

Com operação prevista para o início de 2023, a usina será a primeira pensada para agregar valor ao gás do pré-sal. A Shell vai fornecer a matéria-prima, extraída por ela própria da Bacia de Santos, a um valor mais competitivo, porque não será atrelado ao dólar e a cotações internacionais, como fazem concorrentes. A Petrobras, por exemplo, alinha o preço de seu gás ao do produto importação. Na prática, seus clientes compram o produto brasileiro a preço do importado. “Baixamos o preço (do megawatt-hora, MWh) e vamos ser chamados sempre. Nossa energia é mais barata do que a de hidrelétricas, e a previsão é despachar mais de 80% (da capacidade)”, disse Bruno Chevalier, presidente da Marlim Azul.

Quando pronta, a usina terá capacidade para gerar 565 megawatt (MW), o suficiente para abastecer uma cidade de 2,5 milhões de habitantes. Metade da construção foi concluída, e os principais equipamentos já estão no Brasil. Uma nova unidade pode ser instalada no mesmo terreno. Mas, para isso, o projeto deve ser contratado em novo leilão, o que dificilmente vai acontecer ainda neste ano. Marlim Azul, assim como outras térmicas planejadas para Macaé, surgiu do empresário Hugo

Crespo, do Grupo Vale Azul. A estratégia do GVA é desenvolver projetos de infraestrutura que superam sua capacidade de investimento. Assim, ele se associa a parceiros de grande porte e, quando o projeto está maduro e na fase de decisão de investimento, o grupo vende sua participação. O GVA começou a desenvolver térmicas e licenciá-las em 2008. Além das térmicas do GVA e de Marlim Azul, o Estado do Rio de Janeiro já licenciou usinas da EDF, Eneva, MHPS e GPE.

Raízen, sociedade entre Cosan e Shell, levanta R\$ 6,9 bi e faz maior IPO do ano

Broadcast

A Raízen, sociedade entre Cosan e Shell, fechou a maior abertura de capital até o momento no ano. Superando o mercado volátil e ganhando força com o discurso de transição energética, a companhia atraiu grandes fundos de investimento e conseguiu colocar R\$ 6,9 bilhões no caixa. A empresa fará amanhã sua estreia na Bolsa brasileira valendo R\$ 76 bilhões e já posicionada entre as empresas mais valiosas da B3, sendo a maior do setor de energia do Brasil. O IPO faz parte dos planos da Cosan, que vale R\$ 48 bilhões na Bolsa, de listar suas subsidiárias, de forma a destravar o valor da companhia.

A ação da produtora de açúcar e etanol e distribuidora de combustíveis foi precificada a R\$ 7,40, no piso da chamada faixa indicativa de preço, de até R\$ 9,60. A demanda chegou a R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 14 bilhões apenas de pessoas físicas, apurou a reportagem. O total de R\$ 6,9 bilhões da oferta representa o lote principal e o suplementar. O lote adicional não foi vendido. A Raízen, com faturamento de R\$ 115 bilhões, tem seu controle dividido igualmente entre a Cosan e a Shell. Valendo 60% a mais do que a Cosan na Bolsa, a expectativa agora é de que os investidores enxerguem melhor o valor da empresa – o que influenciará a ação da própria Cosan, que registra tendência positiva, valorizando-se 38% .

Para conseguir lançar sua oferta, a empresa teve de reduzir suas ambições e acabou diminuindo o valor de seu IPO, que vinha sendo inicialmente posicionado em R\$ 13 bilhões. A aposta dos investidores foi no processo de transição energética, com o maior foco em produção de energia de fontes renováveis. E a empresa deixa esse ponto bastante claro no prospecto da oferta. Destacou no documento que 80% dos recursos que entrarem no caixa irão para a construção de novas plantas para a expansão da

produção de produtos renováveis e capacidade de comercialização. A Cosan é a maior produtora no mundo de etanol de cana-de-açúcar.

Nessa jornada para aumentar seu cardápio de produtos mais sustentáveis, o principal foco é o etanol de segunda geração (E2G), feito a partir da palha e do bagaço da cana – opção capaz de aumentar a produção em 50% usando a mesma área de plantio. A demanda pelo produto tem crescido principalmente pelo viés da redução das emissões de gases de efeito estufa. “Acreditamos que a companhia está muito bem-posicionada para aproveitar o crescimento do mercado de renováveis e deve ampliar sua liderança mundial ao implementar projetos que trarão melhores margens operacionais e um caminho de crescimento sustentável”, disseram em relatório Felipe Ruppenthal e Lucas Chaves, da casa de análise Eleven.

Apesar do olhar positivo, eles destacam que um resultado nesse processo deve ser de longo prazo. Os analistas apontam que serão necessários pesados investimentos em fábricas e uma execução acelerada para alcançar o objetivo de 20 plantas de etanol de segunda geração em 2032 – hoje, há apenas uma.

Em distribuição de combustíveis, o trabalho tem sido na direção de se posicionar melhor no mercado, que é bastante competitivo. Conforme o último boletim da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a BR Distribuidora tem cerca de 23% de participação, seguida de perto pela Raízen, licenciada da marca Shell (20,5%) e pela Ipiranga (19,3%). A Cosan licenciou, em 2021, a marca Shell por mais 13 anos.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUJEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP